

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

- 1.1.** O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2018 amparadas pelas disposições da Lei Estadual 15.054, de 19 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2018, que também dispuseram acerca dos orçamentos das Autarquias e Fundações do Estado.
- 1.2.** As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.
- 1.3.** O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme notas explicativas de consolidação. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2018, comparativamente a 2017, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações vinculadas ao Estado.

2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários

- 2.1.** O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria 840-2016 do Subsecretário de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.
- 2.2.** A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 14 a 19 da NBC T 16.6 (R1), sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei 4.320-1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.
- 2.3.** A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito, pois, no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2018	2017
Patrimônio Líquido	(62.129.914.762,85)	(53.742.078.912,14)
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(163.511.893,73)	(372.678.142,95)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(1.064.192.946,01)	(830.899.043,79)
Saldo Patrimonial	(63.357.619.602,59)	(54.945.656.098,88)

2.4. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 27.

2.5. Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (Nota Explicativa 15.3). O montante de créditos com essa natureza, cujo recebimento é esperado para o ano de 2018, foi registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (Nota Explicativa 12.3).

2.6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF 163-2001 e STN 339-2001, o Passivo da Administração Direta não registra os seguintes valores:

- a) R\$ 235.195.886,68 a repassar às Autarquias e Fundações, referentes a despesas efetuadas à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos foram liquidados até 31-12-2018; e,
- b) R\$ 112.473.331,42 referentes a despesas efetuadas pelas Autarquias e Fundações, à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos não foram liquidados até 31-12-2018.

Como as entidades da Administração Indireta também não registram o ativo decorrente dos repasses a serem realizados pela Administração Direta, não há efeito no Balanço Patrimonial Consolidado.

2.7. Em 14-6-2002, com base na Medida Provisória 38, de 14-5-2002, e na Instrução Normativa SRF 160, de 27-5-2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no período de 30-6-1999 a 30-4-2002, no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal 10.637, de 30-12-2002. O registro desse débito no Passivo, cujo montante atualizado em 31-12-2018 era de R\$ 376.204.162,64, foi sobrestado até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.

2.8. Em atenção ao disposto na cláusula nona, inciso IV, letra b, do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0085.1, de 25-4-2012, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e o Estado, alterada pelo Aditivo 02, de 12-12-2013, apresenta-se a seguir o demonstrativo do Resultado Primário do exercício de 2018.

RESULTADO PRIMÁRIO	
Receitas Correntes (I)	51.878.374.772,68
Aplicações Financeiras (II)	223.735.931,79
Outras Receitas Financeiras (III)	2.109.553,60
Receitas Primárias Correntes (IV) = (I - II - III)	51.652.529.287,29
Receitas De Capital (V)	1.353.890.054,97
Operações de Crédito (VI)	270.199.089,27
Amortização de Empréstimos (VII)	25.069.452,25
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	704.713.320,54
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-
Receitas Primárias De Capital (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	353.908.192,91
Receita Primária Total (XII) = (IV + XI)	52.006.437.480,20
Despesas Correntes (XIII)	50.095.803.428,75
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	326.432.046,91
Despesas Primárias Correntes (XV) = (XIII - XIV)	49.769.371.381,84
Despesas De Capital (XVI)	1.908.004.180,79
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	15.835.869,92
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-
Amortização da Dívida (XX)	449.010.276,30
Despesas Primárias De Capital (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.443.158.034,57
Reserva De Contingência (XXII)	-
Despesa Primária Total (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	51.212.529.416,41
Resultado Primário - Acima Da Linha (XXIV) = (XII - XXIII)	793.908.063,79

Na 15ª Revisão do Programa em tela (PAF), celebrada em outubro de 2018, foi estabelecida uma meta negativa de Resultado Primário (déficit) para o exercício de 2018 de R\$ 1,937 bilhão. Assim, o resultado primário realizado (superávit) superou em R\$ 2,731 bilhões a referida meta.

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

As aplicações no SIAC são registradas por seus valores originais.

3.2. Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

3.4. Investimentos Permanentes

As participações em empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente a custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

3.6. Precatórios

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça/RS, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é lançada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN 548-2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, estando, inclusive, em alguns pontos adiantado, conforme tabela a seguir:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Implantado
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Em implantação
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Iniciado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Em implantação
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Não iniciado
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Não iniciado

Legenda:

Implantado: O procedimento encontra-se implementado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

Em Implantação: Os normativos e/ou os guias de lançamentos contábeis foram expedidos e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 01/01/2019.

Iniciado: Estudos foram iniciados e foi aberto expediente administrativo próprio para tratar do assunto.

Não iniciado: Estudos não foram iniciados.

Parcialmente Atendido: Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP. Ajustes necessários serão realizados dentro do prazo estabelecido na Portaria.

Balanço Orçamentário

4. O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2018, um déficit de R\$ 2.737.761.625,61, resultado de uma receita total de R\$ 66.617.364.658,62 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 69.355.126.284,23.
5. No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde (todos os Poderes e Órgãos), à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples (Poder Executivo e Defensoria Pública) e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV (todos os Poderes e Órgãos), bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.

	2018	2017
Pessoal e Encargos Sociais	13.008.243.784,02	12.086.007.049,05
RPPS - Cobertura de Déficit	9.843.241.006,62	9.131.362.398,16
RPPS - Contribuição Patronal	2.389.392.356,84	2.226.597.444,67
Fundoprev - Cobertura de Déficit Atuarial	1.456.427,80	3.294.511,84
Fundoprev - Contribuição Patronal	215.186.027,60	176.525.705,17
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	548.471.270,35	543.106.438,20
Outros	10.496.694,81	5.120.551,01
Outras Despesas Correntes	7.051.922,53	9.838.958,09
	13.015.295.706,55	12.095.846.007,14

6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF 163-2001 e STN 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2018, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro		
Despesa	Orçada	2.242.743.597,00
	Autorizada	2.532.585.126,24
	Empenhada	2.133.609.651,14
	Liquidada	2.081.978.544,81
	Paga	1.887.859.913,24

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

7. No Balanço Orçamentário, as receitas oriundas da anulação de restos a pagar estão computadas no item Receitas Diversas (Correntes) e totalizaram R\$ 553.402.746,16, no exercício. Desconsiderando tais receitas, em que não há ingresso financeiro, o déficit orçamentário seria de R\$ 3.291.164.371,77.
8. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar 101, de 4-5-2000, e do Parecer Coletivo 1, de 21-11-2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto 54.408, de 14-12-2018, e a Instrução Normativa CAGE 08-18, de 17-12-2018, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
- anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 73.605.870,99, cujos empenhos foram emitidos entre 1º-1-2014 e 31-12-2017; e,
 - estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2018, no valor de R\$ 228.583.705,47, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.
- Ainda, em consonância com o Decreto Federal 20.910, de 6-1-1932, ao longo de 2018, ocorreram prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores ao de 2014, no valor de R\$ 32.145.173,89.
9. A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2018, esses valores totalizaram R\$ 6.103.470.921,78. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2018, o montante de R\$ 4.483.027.873,91 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.
10. O grupo de Outras Despesas Correntes, no Balanço Orçamentário, registra, dentre outros, os valores decorrentes das transferências, a outras esferas de governo, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição Federal ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do Estado. Em 2018, foram empenhados R\$ 10.344.508.371,37 relativos a essas transferências, que representam 48,74% do referido grupo.

Balanço Patrimonial

11. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa	64.533,89	5.954.074,45
Bancos	1.417.206.767,22	1.057.115.349,32
Rede Bancária - Arrecadação	335.205.497,56	212.143.333,47
APF de Liquidez Imediata	809.781.257,90	826.059.699,29
Aplicações da Administração Direta no SIAC	6.060.750.041,42	4.835.996.372,36
Aplicações de Autarquias e Fundações no SIAC	919.255.585,41	789.474.288,40
	9.542.263.683,40	7.726.743.117,29

11.1. Caixa – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

11.2. Bancos – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única.

11.3. Rede Bancária – Arrecadação – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

11.4. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

11.5. Aplicações no SIAC – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. Para que o saldo de SIAC ao final de cada exercício possa ser apurado, deve-se acrescentar, às aplicações já demonstradas na tabela acima (classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa), aquelas classificadas no Balanço Patrimonial como Créditos a Curto Prazo, além de deduzir os valores já resgatados, classificados como Demais Obrigações a Curto Prazo, conforme tabelas a seguir:

Conta	2018	2017
Depósitos judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Aplicações do SIAC - FGLTDPE	2.491.861.388,21	2.148.647.834,82
(-) Ajuste de consolidação SIAC	(1.754.790.668,90)	(1.334.831.493,04)
Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.439.484.204,05	11.495.701.429,88
Composição do SIAC - Administração Direta	2018	2017
Aplicações da Administração Direta no SIAC	6.060.750.041,42	4.835.996.372,36
Depósitos judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Aplicações do SIAC - FGLTDPE	2.491.861.388,21	2.148.647.834,82
Aplicações do SIAC	19.255.024.914,37	17.666.529.295,28
Resgates do SIAC - Registrado no Passivo Circulante	(18.946.583.550,26)	(17.545.488.550,26)
Saldo do SIAC - Administração Direta	308.441.364,11	121.040.745,02

12. Créditos a Curto Prazo

	2018	2017
Créditos Tributários a Receber	8.150.126.474,41	6.481.352.496,82
SIAC	11.439.484.204,05	12.830.532.922,92
Depósitos judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Depósitos de Estatais e Outros Depósitos no SIAC	737.070.719,31	2.148.647.834,82
Dívida Ativa	3.007.805.444,58	2.145.428.393,13
Tributária	2.942.356.187,08	2.129.848.393,13
Não Tributária	65.449.257,50	15.580.000,00
Pagamentos Extraorçamentários	3.385.644.676,87	3.322.245.568,52
Devedores	230.747.908,22	490.450.981,88
Responsáveis	1.697.311.853,23	1.640.144.518,86
Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457.584.915,42	1.191.650.067,78
Outros Créditos a Curto Prazo	1.927.277.073,22	892.965.313,67
Total	27.910.337.873,13	25.672.524.695,06

12.1. Créditos Tributários a Receber – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 8.235.458.335,40. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$ 85.331.860,99, conforme Subsecretaria da Receita Estadual.

12.2. SIAC – Representa os montantes de depósitos judiciais transferidos para o caixa único, bem como as aplicações realizadas, no sistema, pelas Companhias estatais. Ressalta-se que, para a

apuração do saldo do SIAC, deve-se acrescentar os saldos de recursos livres e vinculados classificados em Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como deduzir o saldo de resgates no mesmo período, conforme nota 11.5.

12.3. Dívida Ativa – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 15.

12.4. Pagamentos Extraorçamentários – Demonstra os pagamentos não relacionados a empenhos/liquidações, conforme características descritas a seguir:

12.4.1. Devedores: Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra, em sua maior parte, os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional do Trabalho que ainda não foram regularizados pela Secretaria da Fazenda, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

A seguir, evidencia-se os valores registrados na conta devedores:

DEVEDORES	2018	2017
Precatórios - Tribunal de Justiça	100.425.198,43	328.798.631,05
Precatórios - Tribunal Regional do Trabalho	30.016.274,21	16.803.784,94
Precatórios do IPERGS - Tribunal de Justiça	39.902.460,98	30.506.379,94
FUNDOPREV	11.323.015,39	32.827.302,90
CEEE	15.748.514,25	15.748.514,25
Outros Pagamentos por Devedores	33.332.444,96	65.766.368,80
Total	230.747.908,22	490.450.981,88

12.4.2. Responsáveis: Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes. Registrava até 31-12-2014 os sequestros judiciais referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º-1-2015 os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”.

12.4.3. Sequestros Judiciais a Regularizar: A partir de 1º-1-2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: 1) Há a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil 2) Não há a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente.

A seguir, evidencia-se a movimentação das contas de Responsáveis e de Sequestros Judiciais a Regularizar:

Saldo de 31/12/2017 - Responsáveis	1.640.144.518,86
Saldo de 31/12/2017 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.191.650.067,78
Saldo Total de 31/12/2017	2.831.794.586,64
Sequestros judiciais de 2018	566.258.415,83
Pagamentos por Responsáveis de 2018 - Não regularizados	94.233.677,83
(-) Regularizações de Sequestros Judiciais de 2018	(300.323.568,19)
(-) Outras regularizações de 2018	(37.066.343,46)
Saldo Total de 31/12/2018	3.154.896.768,65
Saldo de 31/12/2018 - Responsáveis	1.697.311.853,23
Saldo de 31/12/2018 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457.584.915,42

Salienta-se que, além da regularização de R\$ 300.323.568,19 de sequestros judiciais (Regularização = Empenho/Liquidação + Conciliação Contábil), há mais R\$ 608.102.287,18 de RPVs empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2018 e anteriores que continuam registradas no Passivo Circulante (Retenções para regularização), pois estão pendentes de conciliação contábil com os sequestros judiciais.

13. Estoques – Em 2018, os estoques totalizaram o montante de R\$ 176.722.245,78 (R\$ 170.216.622,67 em 2017), correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 68,6% se referem à Secretaria da Saúde.

14. Imobilizado Mantido para Venda – O valor de imobilizado mantido para venda, nos períodos apresentados (R\$ 17.042.450,93), corresponde a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

15. Créditos a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo	2018	2017
<u>Dívida Ativa Tributária</u>	<u>10.009.605.865,12</u>	<u>10.300.657.474,79</u>
Saldo	41.631.725.828,38	41.185.474.066,38
(-) Ajuste para Perdas	(31.622.119.963,26)	(30.884.816.591,59)
<u>Dívida Ativa Não Tributária</u>	<u>464.846.988,19</u>	<u>587.403.747,90</u>
Saldo	667.682.372,62	626.853.630,56
(-) Ajuste para Perdas	(202.835.384,43)	(39.449.882,66)
Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual	920.549.595,80	898.489.408,23
Outros	144.107.149,32	138.772.133,99
Total de Créditos a Longo Prazo	11.539.109.598,43	11.925.322.764,91

15.1. Dívida Ativa Tributária – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

15.2. Dívida Ativa Não Tributária – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

15.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária) – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 7ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos

responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPERGS. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por esses órgãos. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 5 (cinco) exercícios, apurando-se uma média anual de 4,84%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2018.
- iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298/91. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2018 foram somados no ajuste para perdas.

Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

A dívida ativa, em fase de cobrança judicial, tem suas perdas apuradas pela PGE com a utilização da seguinte tabela de critérios:

Fase da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre
Contra Massa Falida	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carata Fiança Apresentada	Sim, sempre
Execução Embargada	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado
Falência Encerrada	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não
Motivos Diversos	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

As prováveis perdas relacionadas à dívida ativa em cobrança pelo IPERGS, que constam no Balanço Consolidado, referem-se a créditos junto a CORSAN, considerados como perdas prováveis, enquanto não ocorrer a conclusão no processo que versa sobre a dívida.

16. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Refere-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, o qual estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de restituição/compensação futura tão logo o aporte em questão deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram reclassificados para o Ativo Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV	13.289.028,32
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019 (registrado no ativo e no passivo).	500.000,00

17. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

Investimento	2018	2017
Participações Permanentes em Empresas	9.478.961.270,32	10.242.764.738,84
Investimentos em Fundos	2.855.822.281,85	3.078.854.490,53
Total de Investimentos	12.334.783.552,17	13.321.619.229,37

Fundos: São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	2018	2017
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.544.545.187,90	1.564.488.267,45
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	758.503.128,14	1.137.511.930,96
Fundo de Apoio Financ. e de Recup. dos Hosp. Priv., Sem Fins Lucr. e Hosp. Públic. - FUNAFIR	235.089.298,39	49.569.848,79
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	123.206.600,62	114.823.720,28
Outros Fundos	194.478.066,80	212.460.723,05
Total de Investimentos em Fundos	2.855.822.281,85	3.078.854.490,53

Participações em Empresas: As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03-2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2018 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-09-2018 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa, são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:

Empresas	% do Capital Social pertencente ao Estado	2018	2017
Empresas Controladas		7.404.965.905,83	8.285.070.580,29
BADESUL	99,99%	711.858.807,00	672.050.788,20
BANRISUL	49,94%	3.616.370.534,15	3.836.328.035,50
CADIP	99,99%	221.608.074,57	221.768.820,90
CEASA	94,24%	15.919.415,61	16.249.926,51
CEEE	99,99%	209.598.208,09	879.861.575,83
CESA ¹	99,93%	-	-
CORAG ²	99,99%	26.968.134,83	49.244.296,22
CORSAN	99,99%	2.058.706.115,15	2.081.090.417,96
CRM	99,99%	293.536.294,91	293.989.593,71
EGR	100,00%	99.029.893,14	84.560.307,27
PROCERGS	99,58%	57.090.007,75	50.146.349,07
SULGÁS	51,00%	94.280.420,63	99.780.469,12
Empresas Controladas em Conjunto		1.713.050.153,18	1.682.922.062,31
BRDE ³	33,33%	1.713.050.153,18	1.682.922.062,31
Adiantamento para futuro aumento de capital		353.151.997,12	266.973.939,56
CESA		252.208.003,47	225.045.487,37
CORSAN		62.943.993,65	34.428.452,19
CRM		38.000.000,00	0,00
PROCERGS		0,00	7.500.000,00
Empresas Diversas		7.793.214,19	7.798.156,68
Total de Investimentos em Empresas		9.478.961.270,32	10.242.764.738,84

Nota¹: Patrimônio Líquido da CESA é negativo, por isso o valor contábil do investimento é ZERO.

Nota²: A Corag está em liquidação, conforme Lei nº 14.979, de 16 de janeiro de 2017, que autorizou sua extinção.

Nota³: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

18. Imobilizado e Intangível

Os bens móveis, imóveis e intangíveis estão registrados pelo valor original e ainda não foram submetidos aos processos de depreciação, amortização ou exaustão, de reavaliação e de redução ao valor recuperável, previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estipulou o prazo de 1º-1-2019 para início dos lançamentos contábeis referentes a esses processos, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Estado completou em 2018 a implementação do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) em todos os Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. A seguir, demonstra-se o resumo desses ativos:

	2018	2017
Bens Móveis	3.351.254.715,66	3.374.467.840,30
Veículos	872.816.148,96	894.330.021,03
Bens de Informática	963.982.282,45	945.189.208,68
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	725.973.434,27	837.671.432,20
Móveis e Utensílios	552.281.291,61	413.720.365,37
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	147.081.563,72	157.831.833,43
Demais Bens Móveis	89.119.994,65	125.724.979,59
Bens Imóveis	6.120.417.248,88	5.295.275.794,06
Imobilizado	9.471.671.964,54	8.669.743.634,36
Intangível	15.590.856,81	5.649.742,84

19. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

	2018	2017
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.766.342.523,81	3.797.656.923,51
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	2.006.160.176,27	1.929.413.231,60
Provisão para Férias	701.133.318,31	718.398.592,07
Precatórios a Pagar	13.477.358,58	38.616.047,08
RPV a Pagar	134.177.689,40	97.855.114,13
Benefícios Previdenciários a Pagar	393.882.415,48	346.386.570,78
Encargos Sociais a Pagar	517.511.565,77	666.987.367,85
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	9.390.643.123,18	9.311.962.820,37
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.356.712.649,50	8.865.359.509,60
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.616.820.554,38	-
INSS Parcelado a Pagar	417.109.919,30	446.603.310,77
Total	13.156.985.646,99	13.109.619.743,88

19.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar: O saldo em 31-12-2018 se refere principalmente às parcelas não quitadas dos vencimentos de dezembro de 2018 e do 13º salário do mesmo exercício.

19.2. Provisão para Férias: Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2019). Os valores foram calculados com base em aplicativo (*Qlik Sense*) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário atual acrescido de 1/3.

19.3. Precatórios: O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme explicado na nota nº 20.

19.4. Benefícios Previdenciários: O saldo em 31-12-2018 se refere principalmente às parcelas não quitadas de pensões de dezembro de 2018 e do 13º salário do mesmo exercício.

20. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Até o exercício de 2017 todos estavam contabilizados como precatórios de pessoal. A partir de 2018 foram reclassificados em três tipos: 1) Pessoal, 2) Benefícios Previdenciários, e 3) Fornecedores e Demais Contas a Pagar.

Demonstram-se a seguir os valores devidos em 31-12-2018:

Precatórios	2018	2017
Passivo Circulante	13.477.358,58	38.616.047,08
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	13.477.358,58	38.616.047,08
Passivo Não Circulante	10.582.184.953,59	8.865.359.509,60
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.356.712.649,50	8.865.359.509,60
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.616.820.554,38	-
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.608.651.749,71	-
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	4.700.559.040,46	4.203.568.086,26
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.363.750.366,98	4.203.568.086,26
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.336.796.905,59	-
Precatórios de Fornecedores a Pagar	11.767,89	-
Total	15.296.221.352,63	13.107.543.642,94

20.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante: Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

20.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante: Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados

20.3. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos.

Saldo por Entidade:

Precatórios	2018	2017
Estado - Administração Direta	6.698.829.977,87	5.790.404.093,55
IPERGS	6.964.409.065,93	6.333.427.831,83
DETRAN	558.366.952,66	66.954.836,52
DAER	429.409.557,03	391.079.795,88
FASE	190.598.507,68	140.796.942,68
Demais entidades	454.607.291,46	384.880.142,48
Total	15.296.221.352,63	13.107.543.642,94

21. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando as parcelas de curto e de longo prazo:

	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Dívida Interna	7.387.024.912,04	1.502.180.685,09	57.186.829.500,33	58.740.502.344,30
BB	-	44.858.945,40	681.589.104,42	632.045.987,53
BNDES	193.494.393,18	134.869.617,93	591.155.053,13	715.220.863,69
Governo Federal	7.193.029.714,46	1.322.043.630,60	55.892.545.575,38	57.371.185.053,43
Outros	500.804,40	408.491,16	21.539.767,40	22.050.439,65
Dívida Externa	433.581.858,42	260.289.861,36	8.035.000.412,18	6.968.789.466,52
BIRD	297.989.111,70	94.403.759,73	6.255.210.099,10	5.446.221.279,13
BID	135.592.746,72	165.886.101,63	1.779.790.313,08	1.522.568.187,39
TOTAL	7.820.606.770,46	1.762.470.546,45	65.221.829.912,51	65.709.291.810,82

O aumento no saldo de curto prazo se deve à suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, amparada por liminar obtida em julho de 2017 que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociado atualmente pelo Estado. Esses valores estão devidamente registrados orçamentariamente.

22. Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais de curto e de longo prazo (R\$ 51.441.340,67 e 206.811.753,67, respectivamente) demonstradas no Balanço Patrimonial Consolidado do Estado se referem, quase em sua totalidade, a débitos de PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

23. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2018	2017
Passivo SIAC	11.439.484.204,05	12.830.532.922,92
Depósitos Judiciais	10.702.413.484,74	10.681.885.088,10
Depósitos de Estatais e Outros Depósitos no SIAC	737.070.719,31	2.148.647.834,82
Resgates do SIAC	18.946.583.550,26	17.545.488.550,26
Consignações	1.593.841.736,25	1.231.599.751,96
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.348.942.795,47	1.568.852.496,01
Total	33.328.852.286,03	33.176.473.721,15

23.1. Passivo SIAC: Representa o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado. O passivo relacionado ao SIAC também é composto pelos valores devidos pela utilização dos depósitos judiciais ao longo dos anos. Tais valores são exigíveis à medida que as causas as quais eles se destinam sejam decididas.

23.2. Resgates do SIAC: Representa o montante historicamente utilizado das diversas aplicações realizadas no sistema. O valor apresentado nessa rubrica é utilizado para apuração do saldo do SIAC em determinada data.

23.3. Consignações: Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

24. Provisões a Longo Prazo

	2018	2017
Provisão de Precatórios a Pagar	4.700.559.040,46	4.203.568.086,26
<u>Provisão Atuarial do RPPS</u>	<u>3.133.921.689,60</u>	<u>2.254.432.760,78</u>
<i>Plano Previdenciário</i>	<i>3.049.004.808,98</i>	<i>2.188.455.638,24</i>
<i>Plano Financeiro</i>	<i>84.916.880,62</i>	<i>65.977.122,54</i>
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	883.769.061,38	1.364.348.326,48
Provisão para Indenizações Trabalhistas	858.647.374,02	-
Provisão para Riscos Fiscais	326.700.000,00	-
Provisão para Riscos Cíveis	107.238.000,00	-
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	118.728.022,61	119.373.373,11
Outras Provisões de Longo Prazo	8.070.213,20	-
Total	10.137.633.401,27	7.941.722.546,63

24.1. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme explicado na nota 20.

24.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPERGS, previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. A provisão atuarial dos benefícios a conceder é zerada porque o déficit é suportado pela Administração Direta. Já quanto a provisão para os benefícios concedidos, embora o déficit também seja suportado pela Administração Direta, uma parte é suportada pelos Ativos do IPERGS.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	84.916.880,62	-	84.916.880,62
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	206.535.406.621,76	111.993.430.134,36	318.528.836.756,12
Contribuições do Estado	(18.172.997.913,96)	(13.549.707.728,96)	(31.722.705.642,92)
Contribuição do Aposentado	(6.156.593.426,69)	(4.996.305.135,54)	(11.152.898.562,23)
Contribuições de Pensionistas	(2.929.905.530,29)	(1.778.548.728,94)	(4.708.454.259,23)
Compensação Previdenciária	(731.376.300,47)	-	(731.376.300,47)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(178.459.616.569,73)	(91.668.868.540,92)	(270.128.485.110,65)
Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	-
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	127.624.124.005,05	40.729.698.976,00	168.353.822.981,05
Contribuições do Estado	(29.140.480.432,82)	(6.370.365.900,07)	(35.510.846.332,89)
Contribuição do Ativo	(7.446.513.288,22)	(2.051.553.376,38)	(9.498.066.664,60)
Compensação Previdenciária	(23.397.188.509,87)	(3.098.229.496,15)	(26.495.418.006,02)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(67.639.941.774,14)	(29.209.550.203,40)	(96.849.491.977,54)
Total da Provisão	84.916.880,62	-	84.916.880,62

24.3. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPERGS, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (FUNDOPREV). O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e representa insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder. São consideradas na avaliação as contribuições que o Estado e os servidores e pensionistas realizam ao Fundo, os valores que o FUNDOPREV deve receber de compensação previdenciária de benefícios concedidos a servidores que contribuíram para outros entes, bem como os valores previstos de aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos e a conceder, conforme segue:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	FUNDOPREV Civil	FUNDOPREV Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	32.063.424,18	10.029.046,73	42.092.470,91
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	33.897.180,98	10.033.670,32	43.930.851,30
Contribuições do Estado	(892.566,76)	-	(892.566,76)
Contribuições de Pensionistas	(892.566,76)	-	(892.566,76)
Compensação Previdenciária	(48.623,28)	(4.623,59)	(53.246,87)
Provisão de Benefícios a Conceder	2.113.576.553,35	893.335.784,72	3.006.912.338,07
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	7.631.669.151,18	2.449.047.706,37	10.080.716.857,55
Contribuições do Estado	(2.460.636.766,35)	(678.609.943,61)	(3.139.246.709,96)
Contribuições dos Servidores	(2.272.100.697,78)	(625.930.521,78)	(2.898.031.219,56)
Compensação Previdenciária	(785.355.133,70)	(251.171.456,26)	(1.036.526.589,96)
Total da Provisão	2.145.639.977,53	903.364.831,45	3.049.004.808,98

24.4. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar: Demonstra a contrapartida da remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

24.5. Provisão para Indenizações Trabalhistas: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2018
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações)	185.899.284,00
Reajustes do vale-refeição	184.354.800,00
Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico - IPERGS	151.477.798,00
Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS	117.572.143,00
Adicional de Insalubridade - Servidores de Escola	61.129.286,39
Reflexo das horas-extras na gratificação natalina	40.800.824,52
Ação Civil Pública - FPERs (Jornada de trabalho)	37.612.851,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	79.800.387,11
Total	858.647.374,02

- Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações) – A PGE vem atuando na defesa das fundações em inúmeras demandas individuais postulando diferenças salariais em razão do incorreto pagamento das parcelas horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a FASE e a FPERGS;

- Reajustes do Vale-Refeição – Estimativa de aproximadamente 30 mil processos judiciais que estão em execução contra o Estado, cujo objeto é o reajuste do vale-refeição que não era concedido periodicamente. A partir de 1º de abril de 2010 o Estado estabeleceu a revisão anual do vale-refeição, por força da Lei nº 13.429-2010. A PGE e a Secretaria da Fazenda firmaram Termo de Cooperação e apresentaram acordo em cerca de 60 mil processos judiciais, dos quais houve aproximadamente 20 mil aderentes;
- Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico - IPERGS: Trata-se de reclamatória trabalhista ajuizada contra o IPERGS, no ano de 1991 (processo nº 9083800-92.1991.5.04.0018), em que 107 reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de Gratificação de Incentivo Tecnológico - GIT, desde 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da Gratificação de Estímulo Previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. Atualmente o processo está em fase de execução de sentença;
- Vantagens Temporais (Triênios, Adicionais por Tempo de Serviço) e incorporação da Parcela Gratificação SUDS: A Lei Estadual nº 9.077/90 criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Rossler – FEPAM, que assumiu integralmente as atribuições e objetivos do Departamento do Meio Ambiente – DMA, absorvendo, também, os empregados lotados naquele órgão, mediante opção, nos termos do Decreto nº 33.765/90. Na época que estavam vinculados ao DMA, beneficiavam-se de avanços trienais de 5% e quando foram incorporados ao quadro da FEPAM passaram a receber avanços quinquenais de 5%. A mudança de quadros também implicou diferenças nos Adicionais por tempo de serviço (15% e 25%) e na complementação da parcela do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). Há 62 demandas judiciais em fase de execução de sentença;
- Adicional de Insalubridade – Servidores de Escola: Trata-se de ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual adequados. Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais;
- Reflexo das horas extras na Gratificação-Natalina: Refere-se a inúmeras ações ordinárias ajuizadas por servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação-natalina, sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem. Atualmente tramitam cerca de 5000 ações postulando a integração de horas extras ou horas aulas na base de cálculo da gratificação-natalina;
- Ação Civil Pública – FPERGS (Jornada de Trabalho): Trata-se de ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 4ª Região contra a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, na qual há decisão transitada em julgado, em 25-2-2016, para que a Fundação se abstenha de prorrogar a jornada de seus empregados além dos limites legais ou previstos em normas coletivas. A estimativa foi baseada no valor da multa diária de R\$ 2.000,00 por jornada prorrogada além dos limites legais.

24.6. Provisão para Riscos Fiscais: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas fiscais (tributárias). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria-Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Riscos Fiscais	2018
Creditamento de ICMS incidente na aquisição de serv. de energia elétrica por empresas de telecomunicação	326.700.000,00
Total	326.700.000,00

- Creditamento de ICMS incidente na aquisição de serviços de energia elétrica por empresas de telecomunicação – São ações ajuizadas por empresas do setor de telecomunicações, as quais defendem que sua atividade é de industrialização (ou equiparável a esta), como pressuposto para reduzir o ICMS a pagar mediante o aproveitamento de créditos de energia elétrica. O valor estimado se refere a possibilidade de desconstituição dos créditos tributários lançados e também de crédito extemporâneo por parte das empresas em função de períodos em que não foram realizados créditos.

24.7. Provisão para Riscos Cíveis: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Riscos Cíveis	2018
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	92.238.000,00
Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios	15.000.000,00
Total	107.238.000,00

- Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios): Refere-se a diversas ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios: Recentemente o STF julgou o tema 365 que é relacionado a danos, inclusive morais, de responsabilidade do Estado, quando não forem mantidos no presídio os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico. O valor foi calculado conforme expectativa de 3 mil processos postulando danos morais em torno de R\$ 5 mil reais cada.

24.8. Provisão de Pensões Integrais a Pagar: São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Refere-se a diferenças de integralidade, no valor de R\$ 117.766.943,43, e da Lei Brito (Lei nº 10.395/95), no valor de R\$ 961.079,18.

25. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

Resultado Diferido	2018
IPVA de 2019 arrecadado em 2018	819.572.406,04
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(409.786.203,02)
Total	409.786.203,02

26. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Nota 29) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 26.1):

Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2017	(53.742.078.912,14)
Resultado Patrimonial do Exercício	(6.364.548.249,75)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores	(2.023.287.600,96)
Saldo de 31/12/2018	(62.129.914.762,85)

26.1. Ajustes de Exercícios Anteriores: Refere-se aos valores reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, pois são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	2018
Débito	(2.365.775.952,01)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(1.632.450.476,86)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(532.847.158,91)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	(181.632.077,77)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(18.846.238,47)
Crédito	342.488.351,05
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	272.581.713,09
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	69.906.637,96
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.023.287.600,96)

27. Registros em Contas de Controle

- a) **Atos e fatos que possam afetar o patrimônio do Estado.** Tais valores são evidenciados, no Balanço Patrimonial, no quadro das Compensações, e está mais bem detalhado no quadro a seguir:

Atos Potenciais Ativos	5.346.580.944,07
<u>Garantias e Contrapartidas Recebidas</u>	<u>1.028.682.432,99</u>
<i>Cauções em Títulos e Valores</i>	1.025.242.887,40
<i>Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos</i>	3.148.369,43
<i>Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas</i>	291.176,16
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	<u>84.897.822,84</u>
<i>FAPERGS - Auxílios a comprovar</i>	58.324.438,20
<i>Administração Direta - Auxílios a comprovar</i>	16.536.518,10
<i>Demais entidades - Auxílios a comprovar</i>	10.036.866,54
<u>Direitos Contratuais</u>	-
<u>Outros Atos Potenciais Ativos</u>	<u>4.233.000.688,24</u>
<i>Administração Direta - Contratos e Convênios em Execução</i>	1.145.436.930,75
<i>Demais entidades - Contratos e Convênios em Execução</i>	82.223.184,14
<i>DAER - Prestações de Serviços - Valores em Discussão</i>	1.991.574.351,45
<i>COMPENSA - Solicitações em andamento</i>	966.063.755,32
<i>LEI 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais</i>	47.702.466,58
Atos Potenciais Passivos	343.227.653,56
<u>Garantias e Contrapartidas Concedidas</u>	<u>126.750.217,94</u>
<i>Avais Concedidos</i>	126.750.217,94
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	-
<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>12.965.776,99</u>
<i>Contratos em Execução</i>	12.965.776,99
<u>Outros Atos Potenciais Passivos</u>	<u>203.511.658,63</u>
<i>SPH - Responsabilidade sobre valores em consignação</i>	129.074.407,57
<i>Recursos FUNDOPEM p/Aumento Capital Barrisul</i>	26.734.784,48
<i>LEI 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais</i>	47.702.466,58

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos atos potenciais ativos e passivos:

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No DAER, o valor de R\$ 1.016.038.294,74 refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao DAER, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa DAER DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, etc);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a Pessoas Físicas ou Jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 58.324.438,20) refere-se a apoio financeiro concedido pela FAPERGS a pesquisadores;
- **Contratos e Convênios em Execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços** – Valores em Discussão – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 1.991.574.351,45 refere-se a obras executadas pelo DAER por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **COMPENSA, Solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa COMPENSA/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974-2018 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038-2017.

Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a Dívida Ativa é registrada como Receita Orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	966.063.755,32
Solicitações não homologadas	837.914.141,36
Compensações homologadas, em processo de compensação	114.343.839,90
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	13.805.774,06

- **Lei nº 12.069-2004, Saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da lei 12.069-2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135-2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar Federal nº 159-2017, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151-2015.;
 - **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A maior parte do valor (R\$ 126.750.216,09) corresponde a Avais concedidos pelo Estado a CEEE e a CORSAN, em contratos de empréstimo;
 - **Responsabilidade sobre valores em consignação** – Compreende o valor recebido em consignação e não repassado. A totalidade do saldo refere-se a dívidas da SPH para com o IPERGS, referente a períodos compreendidos entre janeiro de 1991 e dezembro de 2008;
 - **Recursos FUNDOPEM para aumento de Capital do Banrisul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do BADESUL, conforme art. 15 da Lei Estadual 11.916, de 2-6-2003, alterado pela Lei Estadual 14.744, de 24-12-2015.
- b) Passivos contingentes** – são riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 35.155.536.835,60 (R\$ 70.704.035.724,32 em 2017). O decréscimo decorre principalmente: 1) da reclassificação como provisão (registro no passivo), e 2) da baixa em razão da remota possibilidade de ocorrência. O Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, contém a maior parte dos passivos contingentes e contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria-Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte. A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2018, em comparação a 2017.

Objeto dos Passivos Contingentes	2018	2017
Revisão Geral Anual	-	45.487.598.042,13
Implantação Piso Nacional do Magistério	28.600.000.000,00	13.100.000.000,00
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	-	3.203.336.855,74
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	-	1.010.445.607,00
FGTS de Servidores Temporários	383.472.714,09	383.472.714,09
Responsabilidade Subsidiária s/ Prestação de Serviços por Terceirizados	-	382.200.000,00
Indenização por vícios construtivos - ERGS sucessor da COHAB	300.000.000,00	300.000.000,00
Outros	872.064.121,51	1.099.131.449,19
Total	35.155.536.835,60	69.966.184.668,15

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Revisão Geral Anual** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Refere-se a, aproximadamente, 1.500 ações judiciais e recursos envolvendo pretensões de servidores ativos, inativos e pensionistas, de reconhecimento do direito à revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal;
- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Ações Cíveis Públicas (Investimentos na Saúde)** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações cíveis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional;
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle e reconhecido como provisão (no passivo), em razão da alta probabilidade de ocorrência. O valor inscrito como provisão foi de R\$ 92.238.000,00. Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **FGTS de Servidores Temporários** – Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS;
- **Responsabilidade Subsidiária sobre a Prestação de Serviços por Terceirizados** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Refere-se a reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados contratados pelas empresas de terceirização de mão de obra. O objeto das ações é a responsabilidade subsidiária do estado quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas;

- **Indenização por Vícios Construtivos** – O Estado, como sucessor legal da antiga Companhia Estadual de Habitação – COHAB, fora condenado a reparar os vícios das construções adquiridas pelos autores das ações judiciais. A ação de execução foi inaugurada (001/1.13.0236969-6) e o Estado apresentou embargos à execução (001/1.05.2352199-9), postulando a prescrição da execução e a exclusão de valores.

Os seguintes Passivos Contingentes não possuem estimativa confiável, mas possuem média ou alta probabilidade de ocorrência:

Objeto dos Passivos Contingentes	Probabilidade de Ocorrência
Adicional Noturno SEDUC e SSP	Alta
Parcelamento dos vencimentos/ proventos /13º salário	Alta
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	Alta
Poupança, Planos Econômicos	Média
Habilitação de Marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista	Alta
Corte de Pensões que excedam o teto remuneratório (IPERGS)	Média

- **Adicional Noturno SEDUC e SSP** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por professores, policiais e outros servidores que laboram após as 22 horas;
- **Parcelamento dos vencimentos, proventos, 13º Salário** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e 13º salário. Tais ações postulam o cumprimento do art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais;
- **Reflexo do abono família e do auxílio-transporte na gratificação natalina** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais ajuizadas por servidores públicos estaduais, requerendo o pagamento do abono família e do auxílio transporte no décimo terceiro salário;
- **Poupança, Planos Econômicos** – Passivo contingente de média probabilidade de ocorrência e com valor inestimado. Refere-se aos processos judiciais ajuizados contra o Estado, como sucessor da extinta Caixa Econômica Estadual, requerendo as diferenças de remuneração das cadernetas de poupança, oriundas dos seguintes planos econômicos: Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I, Plano Collor II;
- **Habilitação de marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista** – Passivo contingente de alta probabilidade de ocorrência, que não foi inscrito no passivo por não ter valor estimado em bases confiáveis. Refere-se a ações judiciais em que os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, ajuizaram contra o IPERGS postulando o reconhecimento do seu direito à condição de pensionista. O tema, pela sua natureza, está aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal, sendo que há repercussão geral atribuída, sem que o julgamento tenha iniciado até o momento.
- **Corte de pensões que excedam o teto remuneratório (IPERGS)** – Passivo contingente de média probabilidade de ocorrência e com valor inestimado. O IPERGS editou a Resolução nº 416-2017, regulamentando o art. 5º da Lei Complementar nº 14.967-2016, que determinou que a percepção cumulativa do benefício de pensão por morte com subsídio, vencimentos, salários, proventos de inatividade ou outra espécie remuneratória deverá observar, em qualquer caso, o limite único estabelecido no art. 33, § 7º, da Constituição do Estado, para fins de observância do disposto no art. 37, § 12, da Constituição Federal. Dessa forma, desde maio-2017 o IPERGS

realiza dedução da parcela excedente sobre o valor da pensão por morte (aproximadamente 200 pensões). Há 25 processos sobre o tema, incluindo Sindicatos e Associações, e ainda não há perspectiva de como irão se posicionar os tribunais locais e superiores.

- c) **Outros controles necessários para a gestão administrativa.** Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

Outros Controles	
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.795.777.108,74
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953.230.706,93

- **Montante dos Depósitos Judiciais, Lei Estadual nº 11.667-2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667-2001, sujeito ao limite de 95% a ser disponibilizado para o Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069-2004.

Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001	10.795.777.108,74
Percentual limite de utilização pelo Estado, conforme Lei Estadual nº 12.069/2004	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.255.988.253,30
Valor Utilizado pelo Estado	10.208.285.786,72
Percentual utilizado pelo Estado	94,56%

A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o Limite máximo de utilização (R\$ 47.702.466,58) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme tabela do item “a”.

Cabe destacar que o Banrisul, que gerencia os depósitos judiciais, apartou desta conta os depósitos judiciais que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151-2015 que determina o limite de 70% para estes depósitos. Assim, além dos R\$ 10.208.285.786,72 utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069/2004, também foram utilizados R\$ 482.848.319,54 de um total de R\$ 848.867.949,55 de depósitos judiciais que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	Percentual
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069/04	10.795.777.108,74	10.208.285.786,72	94,56%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	848.867.949,55	482.848.319,54	56,88%
Total	11.644.645.058,29	10.691.134.106,26	91,81%

- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

28. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. O Resultado Positivo do Fluxo de Caixa decorre principalmente das atividades operacionais, que registraram ingressos de Receitas derivadas e originais superiores aos desembolsos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, exceto transferências. Outro fator que impactou positivamente no fluxo de caixa das atividades operacionais foram os ingressos extraorçamentários, depositados no SIAC, que foram utilizados para o pagamento de despesas operacionais.

Demonstração das Variações Patrimoniais

29. Resultado Patrimonial - Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota 21.1.

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	161.023.916.478,72	590.987.281.594,78
Variações Patrimoniais Diminutivas	167.388.464.728,47	590.439.979.557,14
Resultado Patrimonial do Exercício	(6.364.548.249,75)	547.302.037,64

NOTAS EXPLICATIVAS DA CONSOLIDAÇÃO:

A consolidação dos balanços e demonstrativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(3.810.037.571,14)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(3.810.037.571,14)
Ativo Circulante		(3.462.624.723,38)	Passivo Circulante		(1.941.599.554,15)
Créditos a Curto Prazo	a	(3.462.624.723,38)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	a.6	(4.785.798,26)
			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	c	(170.469.866,96)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	a.1; a.2	(1.766.343.888,93)
Ativo Não Circulante		(347.412.847,76)	Passivo Não Circulante		(175.777.944,41)
Ativo Realizável a Longo Prazo	b	(347.412.847,76)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	a.2; a.4	(148.664.859,56)
			Provisões a Longo Prazo	b.4; d	(27.113.084,85)
			Patrimônio Líquido		(1.692.660.072,58)
			Resultados Acumulados	a.3; a.5; b.1; b.2; c	(1.692.660.072,58)
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Contribuições	a.3	(215.389.043,60)	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	b.3; c; d	(1.153.711.360,04)
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	a.5; b.2	(224.114.818,93)			
			Resultado Patrimonial do Período		714.207.497,51

a. Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 3.462.624.723,38. Tal valor refere-se a:

a.1 Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações: R\$ 1.754.790.668,90, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

a.2 Saldos contabilizados pelo Estado cujo devedor é o Instituto de Previdência do Estado – IPERGS: R\$ 42.027.436,93, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 11.553.220,03) e em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 30.474.216,90).

a.3 Saldos contabilizados pelo IPERGS cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 951.354.552,65; contrapartida em Contribuições, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 215.389.043,60) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 735.965.509,05).

a.4 Correção monetária sobre créditos do IPERGS: R\$ 118.190.642,66; contrapartida em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante.

a.5 Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 591.475.623,98; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 60.041.974,23) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 531.433.649,75). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

a.6 Precatórios transferidos para o Tesouro: R\$ 4.785.798,26; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

b. Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 347.412.847,76. Tal valor refere-se a:

b.1 Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH cujo devedor é o próprio Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido.

b.2 Saldos contabilizados pelo IPERGS em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.210.544.928,57; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 164.072.844,70) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 1.046.472.083,87).

b.3 Saldo contabilizado pelo IPERGS em Ajustes para perdas da Dívida Ativa (conta retificadora): R\$ 1.118.652.217,11; contrapartida em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais.

b.4 Precatórios compensados com Dívida Ativa: R\$ 27.004.294,37; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante.

c. De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 170.469.866,96; contrapartida em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 34.950.352,45) e em Resultados Acumulados (Superávit ou Deficits de Exercícios Anteriores), do Patrimônio Líquido (R\$ 135.519.514,51). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

d. De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 27.113.084,85; contrapartida em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 27.004.294,37), Nota b.4, e em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 108.790,48).

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO (Exclusões)					
INGRESSO	NOTA	(7.544.166.767,07)	DISPÊNDIOS	NOTA	(7.544.166.767,07)
Transferências Financeiras Recebidas		(5.747.348.661,24)	Transferências Financeiras Concedidas		(5.747.348.661,24)
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	e	(5.747.348.661,24)	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	e	(5.747.348.661,24)
Recebimentos Extraorçamentários		(1.796.818.105,83)	Pagamentos Extraorçamentários		(1.796.818.105,83)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	f	(1.796.818.105,83)	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	f	(1.796.818.105,83)

e. De Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária, das Transferências Financeiras Recebidas, foi excluído o montante de R\$ 5.747.348.661,24; contrapartida em Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária, das Transferências Financeiras Concedidas. Tal valor refere-se às Transferências Intragovernamentais realizadas pelo Estado para suas Entidades.

f. De Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, de Recebimentos Extraorçamentários, foi excluído o montante de R\$ 1.796.818.105,83; contrapartida em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, de Pagamentos Extraorçamentários. Tal valor refere-se aos Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações (R\$ 1.754.790.668,90), Nota a.1, e saldos contabilizados pelo Estado cujo devedor é o IPERGS (R\$ 42.027.436,93).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO (Exclusões)			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES			
NOTA			
Ingressos			
Transferências Correntes Recebidas	g	(5.747.348.661,24)	
Desembolsos			
Transferências Concedidas	g	(5.747.348.661,24)	

g. De Transferências Correntes Recebidas, dos Ingressos, foi excluído o montante de R\$ 5.747.348.661,24; contrapartida em Transferências Concedidas, dos Desembolsos. Tal valor refere-se às Transferências Intragovernamentais realizadas pelo Estado para suas Entidades.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

José Ivo Sartori
Governador do Estado

Luiz Antônio Bins
Secretário da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin
Contador e Auditor-Geral do Estado
CRCRS 45413/0-7